

Nove MPs trancam a pauta. Fim da reeleição ainda depende de acordo

A Mesa do Senado recebeu ontem da Câmara mais seis medidas provisórias. Elas se juntaram a outras três que já vinham obstruindo as votações, por terem sido editadas há mais de 45 dias. Também figuram na ordem do dia propostas que proíbem a reeleição de presidente da República, governador e prefeito. Essas matérias dependem de acordo para aprovação. **Página 3**



Moreira Matiz

Plenário deve votar medidas como a que concedeu reajuste de 5,01% para aposentadorias com valores acima de um salário mínimo

Papaléo adverte para crescimento da Aids no Brasil

Total de infectados com o vírus HIV em todo o mundo chega a 86,6 milhões. No Brasil, já são 620 mil, alerta senador. **Página 8**

Sibá defende extinção do vestibular

Tema deve ser discutido em audiência pública na Comissão de Educação, conforme sugestão do senador. **Página 6**

Proposta de Lula embute misticismo, afirma Virgílio

Líder do PSDB critica presidente por dizer que vai “destravar a economia”, mas reconhecer que não sabe como fazê-lo. **Página 7**

Ricos não abrem mão de subsídios, diz Mercadante

Posição de ricos sobre subsídios ameaça iniciativa pela liberação do comércio, adverte Mercadante. **Página 4**

Empresas de segurança privada e de transporte de valores poderão não pagar taxa pelo porte de arma de fogo

CRE analisa projeto que altera o Estatuto do Desarmamento

Nesta quinta-feira, a partir das 9h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá examinar, em decisão terminativa, substitutivo a projeto de lei do senador José Jorge (PFL-PE) que altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) para incluir as empresas de segurança privada e de transporte de valores entre os beneficiários da isenção de pagamento de taxas pela prestação de serviços relativos à expedição de porte e pelo registro de arma de fogo (PLS 64/06).

O substitutivo do relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), no entanto, mantém a obrigação do pagamento da taxa pelo registro das armas e ainda dispositivo incluído no projeto pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) – quando da análise da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) –, que concede aos agentes penitenciários, guardas prisionais, integrantes das escoltas de presos e guardas portuários o direito de portarem armas de fogo fora do horário de serviço, a título de proteção pessoal.

Também será analisado, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que obriga a adoção e o uso de colete salva-vidas em helicópteros destinados a operação



Roosevelt Pinheiro

Proposta de José Jorge tem substitutivo que mantém taxa para registro de armas

sobre grandes extensões de água (PLS 301/04).

O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), concedeu parecer favorável à proposição, na forma de substitutivo apresentado à matéria, no qual define como “grande extensão de água” a superfície líquida contínua superior a dez quilômetros. E estabelece que todos os ocupantes da aeronave deverão usar o colete, que será equipado com lâmpada localizadora de sobrevivência, apito e dispositivo de sinalização pirotécnica.

A CRE deverá ainda analisar, em caráter não-terminativo, projeto do Executivo que altera, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2006, o valor do auxílio-invalidez devido aos militares das Forças Armadas. A proposição tem parecer favorável do relator, senador Marco Maciel (PFL-PE).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Votações no Plenário

A sessão é deliberativa e tem início às 14h. Nove medidas provisórias têm preferência de votação sobre as demais matérias. Uma delas dispõe sobre as dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas

na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Ade-ne). Outra abre crédito em favor da Presidência da República e dos ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores e da Defesa.



Indicações para a ANTT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se às 10h para votar a indicação de Wagner Garcia para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), além da proposta de recondução do diretor

Francisco de Oliveira Filho ao mesmo cargo da agência. Entre os itens da pauta está, ainda, o projeto de lei que prevê a antecipação do prazo para adição do percentual mínimo obrigatório do biodiesel ao óleo diesel.

Prestação de serviço social para saldar dívida

A Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, analisa projeto que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), fixando a prestação de serviço social como forma de amortização

da dívida. Também em pauta a concessão dos mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus aos bens de informática e automação produzidos e comercializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP).

CAE vota projeto que cria a Super-Receita

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para analisar uma pauta de 30 itens. Entre eles o projeto que cria a Receita Federal do Brasil – a chamada Super-Receita, que unifica as atividades da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria de Receita Previdenciária.

Deverá ser votada ainda proposta que altera dispositivos dos planos de benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91), para restabelecer regras asseguradas aos aposentados que continuem trabalhando ou voltem a atividade sujeita ao Regime Geral da Previdência Social.



Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Sessão especial do Senado comemora os 25 anos de atividades, no Brasil, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

A entidade é um organismo internacional, fundado em 1957, pelos Estados latino-americanos, a partir de uma proposta da Orga-

nização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A homenagem tem início às 11h.

Projetos alteram Código Florestal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 11h30. Na pauta, entre outros projetos, há dois que propõem alterações ao Código Florestal (Lei 4.771/65) e um que concede incentivos a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal.

Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 14h30 e às 18h para votar projetos de lei que abrem créditos extraordinários ao orçamento de ministérios e de empresas estatais. Antes, o colegiado de representantes dos líderes partidários na CMO reúne-se para discutir relatórios a projetos em tramitação.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Papatéo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Sibá Machado



Renan lembra que PEC exige dois turnos de discussão e votação

Renan diz que fim de reeleição pode ficar para 2007

Em entrevista coletiva, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse ontem acreditar que a votação das seis propostas de emenda à Constituição que proíbem a reeleição para chefes do Executivo nas esferas federal, estadual e municipal fiquem para o próximo ano.

Renan observou que o trâmite de uma proposta de emenda à Constituição inclui dois turnos de deliberação, com cinco sessões de discussão na primeira e três na segunda. Para aprovação, é necessário ainda quórum qualificado, ou seja, 49 votos favoráveis (três quintos dos senadores).

Apesar das dificuldades para discutir o tema, o presidente do Senado afirmou que, se os senadores chegarem a um consenso em relação à matéria, colocará as propostas para discussão ainda este ano. No entanto, adiantou que, a seu ver, seria mais adequado o Senado votar essas matérias na próxima legislatura.

– Podemos este ano avançar no calendário e colocar as matérias para discussão, mas a votação deve ficar para o próximo ano, o que seria melhor. Essa matéria é muito importante e divide opiniões.

Estão na ordem do dia da sessão deliberativa de hoje as PECs 41/03, 10/99, 58/99, 70/99, 97/99 e 20/04, que dispõem sobre a proibição da reeleição em cargos do Executivo e tramitam em conjunto. Antes de começar a apreciar as propostas, o Senado deve destrancar a pauta, que está bloqueada por várias medidas provisórias.

Editadas há mais de 45 dias, nove medidas provisórias têm preferência sobre demais proposições que aguardam deliberação

Senado precisa votar MPs para liberar a pauta

A Mesa do Senado Federal recebeu ontem da Câmara dos Deputados seis medidas provisórias (MPs), três delas transformadas em projetos de lei de conversão. Com prioridade de votação, por terem sido editadas há mais de 45 dias, essas proposições serão incluídas na ordem do dia de hoje e passarão a sobrestar todas as demais deliberações da Casa, juntamente com três outras MPs que já trancavam a pauta.

Também figuram na ordem do dia propostas de emenda à Constituição (PECs), entre elas as de nºs 41/03, 10/99, 58/99, 70/99, 97/99 e 20/04 – tramitando em conjunto –, que proíbem a reeleição dos chefes do Executivo nas esferas federal, estadual e municipal. Essas matérias dependem de acordo para aprovação.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 22/06, proveniente da Medida Provisória 316/06, concedeu reajuste de 5,01% para as aposentadorias com valores acima de um salário mínimo. O assunto voltou ao Congresso depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter vetado, em julho deste ano, reajuste de 16,67% para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), aprovado pelos parlamentares por meio de emenda à MP 288/06, que aumentou o salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350. O reajuste de 5,01% vale para todos os benefícios concedidos até 30 de abril de 2005 e será aplicado proporcionalmente aos concedidos de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006.

O PLV 22/06 estabelece, ainda, entre outras medidas, que os servidores públicos poderão usar o tempo de contribuição com conhecimento do INSS para o regime próprio de previdência ao pedirem aposentadoria no exterior com base em acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Dívida rural

Oriundo da MP 317/06, o PLV 23/06 amplia o número de beneficiários das renegociações de dívidas rurais contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), feitas com base na Lei 11.322/06. A medida estende as subvenções econômicas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar



Moreira Alanz

Ordem do dia do Plenário inclui PECs sobre vetos presidenciais e diretores de agências, além das que extinguem instituto da reeleição

(Pronaf) na safra de 2005/2006 e estabelece a desoneração de encargos de inadimplência das parcelas vencidas de dívidas renegociadas.

O PLV 24/06, resultante da MP 319/06, institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, com vistas à valorização do quadro de pessoal do Itamaraty. O projeto visa criar estímulos à lotação de postos de difíceis condições de vida e fornecer aos servidores um desenvolvimento mais dinâmico na carreira.

Portos secos

Proveniente da Medida Provisória 320/06, o PLV 25/06 objetiva a reestruturação do modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária, hoje chamados portos secos, e da forma de custeio da fiscalização aduaneira executada pela Secretaria da Receita Federal. Essas modificações visam

aperfeiçoar a legislação sobre os recintos aduaneiros de zona secundária, adequando suas regras de instalação e funcionamento às necessidades do comércio exterior brasileiro; estabelecer condições de equilíbrio concorrencial entre os recintos alfandegados sob exploração empresarial no que se refere à sistemática de contribuição para o custeio das despesas de

controle e fiscalização aduaneira, hoje “desequilibrada em desfavor dos recintos em zona secundária”; e viabilizar a oferta de serviços de logística aduaneira em pontos de fronteira, quando a iniciativa privada não se interesse por explorá-los.

O PLV 26/06, oriundo da MP 321/06, por sua vez, estabelece regras para a desindexação da economia, propondo aperfeiçoamentos no arcabouço legal que rege as operações de financiamento imobiliário no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). A medida permite a realização de contratos no âmbito do SBPE sem a cláusula de atualização dos depósitos de poupança, no caso, a Taxa Referencial (TR).

Verbas

Quanto às outras MPs na pauta, três abriram créditos extraordinários: a 318/06 destinou R\$ 858 milhões para a Presidência da República, para os ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores e da Defesa, e para operações de crédito de programas oficiais; a 322/06 destinou R\$ 24,528 milhões para os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa; e a 324/06 autorizou o encaminhamento de R\$ 1,50 bilhão aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome e das Cidades.

Há ainda a MP 323/06, que autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde (OMS) destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra Aids, Malária e Tuberculose (Cicom/Unitaid), no valor de até R\$ 13,200 milhões.

Agências

Além das propostas de emendas à Constituição que tratam da proibição de reeleger chefes do Poder Executivo e prevêm outras modificações no processo eleitoral para esses cargos, diversas outras propostas para modificar a Constituição federal também podem ser apreciadas. Entre elas, a PEC 66/05, de iniciativa do senador José Jorge (PFL-PE), que atribui ao Senado Federal competência para indicar membros do conselho diretor ou da diretoria das agências reguladoras.

Também estão prontas para ser apreciadas as PECs 64/99, apresentada por Eduardo Suplicy (PT-SP) para tornar obrigatório o comparecimento anual do presidente da República ao Congresso Nacional durante a abertura dos trabalhos legislativos; e 57/05, que tem como primeiro signatário Marco Maciel (PFL-PE) e modifica o rito de apreciação dos vetos presidenciais, que passariam a ser examinados, separadamente, pela Câmara e pelo Senado.



Projeto de Mozarildo visa diminuir o preço final da gasolina para o consumidor

Mozarildo propõe redução do álcool na gasolina no Norte

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou proposta para permitir que, na região Norte, os percentuais de álcool etílico anidro, combustível adicionado à gasolina, possam ser inferiores ao mínimo de 20% exigido por lei.

A proposta (PLS 295/06), que altera a lei de controle de emissão de poluentes (Lei 10.203/01), visa reduzir o preço da gasolina para os consumidores finais da região.

A adição de 20% a 25% de álcool tem o efeito de oxigenar a gasolina, o que melhora a combustão e reduz a emissão de poluentes. O senador explica que os consumidores da região Norte pagam mais caro pela gasolina em razão dos custos do transporte do álcool, produzido a partir da cana-de-açúcar cultivada, principalmente, no Nordeste e no Sudeste do país.

Mozarildo sugere a busca de alternativas ambientais e energéticas ao álcool da cana-de-açúcar, como a produção de combustível a partir da mandioca ou da batata. Ele ainda argumenta que alguns estados poderiam importar gasolina de países vizinhos.

– A gasolina produzida na Venezuela e com teor de álcool menor que o legalmente aqui exigido poderia ser adequada às exigências técnicas de uso no Brasil e comercializada em Roraima a valores bem inferiores aos hoje praticados – exemplifica.

Senador diz que será difícil negociar com os países desenvolvidos, pois, “nos setores em que nós somos mais competitivos, eles são protecionistas, paternalistas e intervencionistas”

Mercadante vê grande chance de frustração da Rodada de Doha

Ao fazer um relato de sua participação em conferência da União Interparlamentar ocorrida em Genebra (Suíça), no final da última semana – em que foi discutido o futuro da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) –, Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que saiu do evento, do qual participaram parlamentares brasileiros e autoridades de vários países, “preocupado pela grande possibilidade de frustração” das negociações.

– Os países desenvolvidos querem ser liberais no setor de manufaturas; querem abertura, integração e globalização da economia no setor de serviços. No entanto, naqueles setores em que nós somos mais eficientes e competitivos, como é o caso da agricultura, eles são protecionistas, paternalistas, intervencionistas, abusam dos subsídios, criam reservas de mercado e impedem os países mais pobres do planeta de produzirem alimentos, gerarem empregos e crescerem – protestou.

A Rodada de Doha de liberalização do comércio mundial foi suspensa em julho deste ano. Os principais países envolvidos na negociação não conseguiram chegar a um acordo com relação a tarifas e subsídios agrícolas – tema que vem emperrando o avanço nas negociações pelo menos desde 2003, após a reunião ministerial em Cancún (México), que terminou sem acordo.

As atuais negociações de liberação comercial começaram em 2001, em Doha (Qatar), e



Mercadante elogia postura “racional e multilateral” do Brasil em evento na Suíça

deveriam ter sido concluídas em 2004.

Mercadante lembrou que a Rodada de Doha foi agendada dez anos atrás, a partir da Rodada do Uruguai, quando se constituiu a OMC. Desde aquele momento, lembrou ele, havia um compromisso das nações desenvolvidas de, em dez anos, tratarem a agricultura como prioridade.

Naquela época, prosseguiu o senador, as nações em desenvolvimento reduziram substancialmente suas tarifas de importação, ao passo que as nações desenvolvidas defendiam seus mercados com barreiras não-tarifárias.

O Brasil, disse Mercadante, foi um dos países que abriu de forma expressiva sua economia a partir da entrada na OMC, em 1995.

– No entanto, dez anos depois, União Européia, Estados Unidos e Japão, longe de assegurarem aquilo que estava sendo acordado, tratam de não dar prioridade

à agricultura e resistem a fazer as concessões que haviam sido estabelecidas, num mundo em que os países ricos subsidiam a agricultura em US\$ 1 bilhão por dia, prejudicando o esforço exportador das nações em desenvolvimento, além de colocar os preços das principais *commodities* agrícolas abaixo do que deveria ser o preço efetivo – destacou.

Além disso, Mercadante alertou para o fato de que o novo Congresso norte-americano, liderado pelo Partido Democrata,

deverá votar, no próximo ano, a nova Lei Agrícola dos Estados Unidos (a lei deve ser renovada a cada cinco anos). Para o senador, não está claro que tipo de postura será adotada daqui para a frente pelo Congresso dos EUA em relação ao poder de negociação de acordos internacionais concedido ao presidente George W. Bush, o chamado “mandato negociador”, ou *fast track*, que permite que o governo americano negocie o acordo e, posteriormente, o Congresso apenas o ratifique ou recuse, sem alterar artigos.

Mercadante, porém, declarou estar satisfeito com a “postura racional, propositiva e multilateral” adotada pelo Brasil durante a conferência. O senador lembrou que o país, na rodada, articulou o G-20 e uma liderança política para colocar o desenvolvimento da agricultura no centro das negociações.

Virgílio elogia tema da Campanha da Fraternidade 2007

Ao informar que a Amazônia será o tema da Campanha da Fraternidade 2007, com o lema “Vida e missão neste chão”, Arthur Virgílio (PSDB-AM) lamentou que “muito se fale e pouco se faça pela região amazônica”.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), disse o senador, acredita que a campanha poderá provocar iniciativas e ações eficazes de valorização e defesa da região.

Outro assunto abordado por Arthur Virgílio foi a retomada da pavimentação e recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Ele cobrou do Ministério do Meio Ambiente pressa na análise dos estudos sobre impacto ambiental da obra, cuja conclusão, segundo o senador, está com 15 anos de atraso.

Virgílio também defendeu a implantação do gasoduto Coari-Manaus. Ele frisou que, “pior do que cortar a floresta para realizar essa obra, é o Amazonas continuar utilizando geradores de energia a diesel, que são muito mais prejudiciais ao meio ambiente e implicam custos financeiros mais altos para funcionarem”.

Homenagens

O senador também apresentou requerimento solicitando votos de aplauso a Zilda Arns, fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança, pelos relevantes serviços prestados no Brasil à criança e aos idosos; ao São Paulo Futebol Clube pela conquista do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2006; e à atleta brasiliense Lucélia Peres pela conquista do tricampeonato da prova Volta da Pampulha, em Belo Horizonte.

Em outro requerimento, Arthur Virgílio solicitou voto de pesar pela morte da psicóloga Margarete de Paiva Simões Ferreira, pelo seu trabalho na prevenção da Aids.



O artista Gerson de Castro retrata paisagens da Vila Paranoá em suas telas

Exposição no Senado evoca a construção de Brasília

Será aberta hoje, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, do Senado, exposição do artista plástico Gerson de Castro. O trabalho evoca os primeiros momentos da construção de Brasília, dos acampamentos e dos seus barracos de madeira, e a epopéia dos pioneiros que vieram construir a nova capital.

Nascido em Brasília, Gerson, de 37 anos, viveu por 30 anos

na antiga Vila Paranoá, cuja paisagem retrata com singular expressividade nas telas.

Em sua maioria, as pinturas têm como fundo a terra avermelhada da capital e mostram cenas do cotidiano da comunidade, como as lavadeiras, os *shows* de música com o compositor Renato Matos e o grupo Liga Tripa na “praça do roxo”, e as brincadeiras infantis.

– Guardo na memória a lembrança da vila, que tinha inúmeras atividades culturais, como o teatro mambembe e seus artistas convidados – recordou.

Uma das obras, intitulada *Tributo aos Pioneiros*, mostra Brasília em diversas fases e valoriza os pioneiros que trabalharam na construção da capital e a Igreja de São Geraldo, símbolo local, que desabou em 2005.



Propostas a serem examinadas pelos parlamentares podem reduzir prejuízos à sociedade

Comissão analisa projetos que regulamentam quatro profissões

Projetos de lei que regulamentam quatro profissões – médico, corretor de imóveis, ecólogo e taxista – estão na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de amanhã, às 9h30. Embora todas essas carreiras já sejam bem conhecidas no Brasil, os autores das matérias assinalam que, por falta de regulamentação específica, tem havido prejuízos tanto para profissionais dessas áreas quanto para a própria comunidade, que nem sempre tem a segurança de contar com os serviços de um especialista devidamente habilitado.

No caso da Medicina, por exemplo, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), autora do substitutivo elaborado com base nos projetos de lei dos então senadores Geraldo Althoff (PLS 25/02) e Benício Sampaio (PLS 268/2), teve de fazer várias reuniões com representantes das 15 categorias da área da Saúde para chegar a um consenso.

Pão francês poderá voltar a ser vendido por unidade

O projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que obriga a comercialização do pão francês por peso e por unidade de 50 gramas deverá ser votado antes do encerramento do ano pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Conforme o senador, a proposta visa proteger a dignidade da população consumidora desse produto tão importante na dieta e na cultura do brasileiro.

De acordo com o projeto (PLS 294/06), o fornecedor deverá oferecer as duas formas de comercialização do pãozinho para que o consumidor possa escolher como deseja comprá-lo. E os preços, por quilo e por unidade, deverão ser exibidos de forma ostensiva. A venda do pão francês exclusiva-

O autor do substitutivo que regulamenta a profissão de ecólogo, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), informa que o papel desempenhado por esse profissional tornou-se “crítico” a partir da determinação constitucional de se avaliar a análise do impacto ambiental de todas as atividades potencialmente capazes de provocar significativo dano ao meio ambiente.

Com relação à regulamentação da profissão de taxista (PLS 175/05), o autor da proposta, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), chama a atenção para o trabalho desses profissionais ao ressaltar que eles oferecem conforto e segurança aos passageiros.

A importância da corretagem de imóveis para a economia nacional foi destacada pelo autor da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele destacou que o setor movimenta cerca de 20% do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

mente por quilo foi determinada em junho deste ano pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e passou a vigorar em outubro.

Para Antonio Carlos, a mudança na comercialização tem criado problemas para os consumidores, já habituados à tradicional forma de venda por unidades. “Os principais prejudicados são os consumidores de baixa renda, que se dirigem aos estabelecimentos com o dinheiro contado e, em razão de frequentemente os pães apresentarem peso discretamente superior a 50 gramas, podem não conseguir comprar a quantidade que planejaram e ainda sofrer um constrangimento ao passar pelo caixa”, argumenta o parlamentar.

Levantamento da assessoria do partido mostra que o governo só havia autorizado a liberação de 33,1% das emendas parlamentares, sendo a maioria para a base aliada

PFL quer discutir investimentos e o mínimo antes do Orçamento

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), informou em entrevista à imprensa que seu partido quer discutir a liberação dos investimentos orçamentários de 2006 e o valor do novo salário mínimo antes de apreciar o projeto do Orçamento para 2007.

– Não vamos criar dificuldades, mas queremos debater em detalhes o que foi liberado de investimentos, inclusive as emendas dos parlamentares – afirmou.

A posição do senador foi manifestada depois que veio a público levantamento da assessoria do PFL no Congresso indicando que o governo só havia autorizado 33,1% das emendas parlamentares do Orçamento de 2006 quando faltava pouco mais de um mês para o fim do ano.

O trabalho mostra que os dois maiores partidos de oposição contaram com percentuais mais baixos de liberação – o PFL com 17,8% e o PSDB com 13,2%. Já os da base governista tiveram percentuais bem mais elevados – o PT com 52%, o PSB com



Congresso deve cobrar promessa de dobrar o salário mínimo, diz Agripino

45,2%, o PMDB com 39,3% e o PCdoB com 54,7%.

Na avaliação de José Agripino, o Congresso deve aproveitar a votação do Orçamento 2007 e cobrar o cumprimento da promessa do presidente Lula de dobrar o valor real do salário mínimo. Ele ponderou que este é o momento, pois o valor do mínimo deve constar do projeto de Orçamento.

O senador informou ainda que o seu partido também quer discutir a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) para 2007. O relator-geral do projeto

de Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), negociou com o Executivo um reajuste de 3%, mas o líder do PFL quer “no mínimo a inflação passada”. Agripino defende a criação de mecanismo que obrigue o governo a corrigir a tabela de IR anualmente.

Esforço concentrado

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) fará um esforço nos próximos dias para votar os dez relatórios setoriais do projeto orçamentário, realizando sessões pela manhã, à tarde e à noite. O presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), quer entregar o Orçamento à Mesa do Congresso até o dia 20 próximo. Caso isso seja possível, os deputados e senadores poderiam analisar a proposta nos dias 21 e 22, entrando a seguir em recesso.

Antes, no entanto, os parlamentares terão de examinar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, uma vez que já foi aprovada na CMO, mas ainda espera votação no Plenário do Congresso.

Deputados vão tentar prorrogar CPI dos Sanguessugas

Os deputados Fernando Gabeira (PV-RJ) e Raul Jungmann (PPS-PE) iniciam nesta semana o recolhimento de assinaturas de apoio a requerimento pedindo a prorrogação até 19 de janeiro dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas, que se encerram no próximo dia 19.

Para que seja considerado, o documento precisa contar com as assinaturas de 171 deputados e 27 senadores. Além de Gabeira e Jungmann, vice-presidente da comissão, o requerimento deve ser encabeçado por Heloísa Helena (PSOL-AL), que, juntamente com os dois parlamentares, apresentou a questão de ordem às mesas da Câmara e do Senado, indagando da possibilidade regimental de prorrogação da CPI.

Na última sexta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, respondeu a questão de ordem apresentada informando que “a comissão tem autonomia para tomar a decisão que entender



A comissão parlamentar de inquérito deve encerrar seus trabalhos no próximo dia 19

certada”. Renan afirmou ainda, no ofício, que “é conduta desta Presidência não interferir nas atividades de qualquer comissão, senão para fortalecê-la, especialmente em comissões especializadas como as parlamentares de inquérito”.

Dossiê

Responsável pelo sub-relatório referente ao caso do dossiê antitucanos, Gabeira disse que

a prorrogação dará tempo a que se estude melhor a participação no episódio de Jorge Lorenzetti, Gedimar Pereira, Oswaldo Vargas, Expedito Veloso, Hamilton Lacerda e Valdebran Padilha, integrantes conhecidos de um grupo acusado de negociar com o chefe da máfia das ambulâncias, Luiz Antonio Vedoin, a compra de dossiê destinado a comprometer políticos do PSDB.



Para Ideli, manifestação tem a dimensão da luta, mas também a da alegria

Ideli faz homenagem ao Dia Nacional do Samba

Ideli Salvatti (PT-SC) fez uma saudação especial ao Dia Nacional do Samba, comemorado no último sábado, ressaltando que “essa manifestação cultural tem a dimensão da luta, do sofrimento, mas também da alegria contagiante daqueles que almejam a felicidade”.

A senadora disse ter festejado a data na sexta-feira, em um evento popular organizado pelos

sambistas de Florianópolis.

Na opinião de Ideli, o samba é a marca cultural mais forte do povo brasileiro. Por sua origem ligada aos negros africanos – submetidos a três séculos de escravidão no Brasil –, teria em sua raiz o clamor pela liberdade e a luta contra a dor e a opressão. Mas remete também, conforme assinalou, à resistência e à alegria dos que não perdem a esperança

e perseguem a felicidade.

Sob essa inspiração, Ideli cantou trecho do samba *Conselho*, gravado por Almir Guineto, que ressalta a importância de lutar e não se deixar abater pelas dificuldades na busca pela alegria.

Segundo a líder do PT no Senado, essa deve ser, inclusive, a meta do presidente Lula em seu segundo mandato.

Em apartes, os senadores petistas Eduardo Suplicy (SP) e Tião Viana (AC) também aderiram à homenagem ao samba. Suplicy assinalou o reconhecimento pela Justiça da posse da terra por 53 famílias remanescentes de um quilombo em Ubatuba (SP). Tião Viana destacou o mérito dos sambistas em transformar a dor em um ritmo marcado pela alegria e pelo humor.

Sibá propõe fim do vestibular para universidades públicas

Senador apresentou projeto que determina o ingresso em curso superior por meio de exame e sorteio anual entre os inscritos para cada curso de determinada instituição

Sibá Machado (PT-AC) propôs a extinção dos concursos vestibulares para acesso ao ensino superior. Citando matéria publicada pelo jornal *O Globo* sobre universidades do país que iniciaram processo para abolir essa prova, o senador defendeu projeto de sua autoria que trata do assunto.

A proposição (PLS 65/05) está tramitando na Comissão de Educação (CE), onde tem José Maranhão (PMDB-PB) como relator. De acordo com o projeto, o acesso aos cursos oferecidos pelas instituições públicas fica reservado ao candidato que tenha sido classificado em um exame de Estado e se submeta a um só sorteio anual, entre inscritos para



Sibá sugere que a Comissão de Educação promova audiência sobre o assunto

curso específico de determinada instituição.

– Para elaborar o projeto, eu me cerquei de vários consultores da área a fim de encontrarmos

um mecanismo de extinguir o vestibular sem prejudicar a qualidade do ensino nos níveis fundamental e médio. Eis que surgiu a idéia de aproveitarmos o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio [Enem] como uma pré-classificação, e, em seguida, dado o número de vagas oferecidas, promovermos um sorteio – explicou.

Segundo ele, muitas críticas foram feitas. “É bom que venham mesmo, para aperfeiçoamento.” Por isso, Sibá Machado e outros senadores sugeriram à CE a realização de audiência pública com a participação de reitores de universidades públicas e especialistas internacionais para discutir o tema.

Suplicy aplaude seleção de vôlei e elogia ministra Marina Silva

Será inserido na ata da sessão de ontem voto de congratulações proposto por Eduardo Suplicy (PT-SP) aos jogadores e à equipe técnica da Seleção Brasileira de Voleibol, que, no domingo, conquistaram o bicampeonato mundial ao derrotar a Polônia em Tóquio, no Japão.

– Quem é que não acompanhou com o coração acelerado a seleção comandada por Bernardinho nesse jogo decisivo, onde os brasileiros estiveram impecáveis? – questionou o senador.

Lei ambiental

Suplicy também leu entrevista concedida pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao jornal *Gazeta Mercantil*, intitulada “Marina não fica se lei ambiental for atropelada”.

O senador expressou sua crença de que o propósito da ministra – que é senadora licenciada – é agir em harmonia com o presidente Lula, mas ressaltando o que determina a legislação ambiental.

– Nesses últimos dias têm surgido na imprensa notícias sobre uma possível divergência entre segmentos do governo em relação às ações da ministra Marina Silva. Tenho convicção de que ela, no Ministério do Meio Ambiente, trouxe para o governo um novo patamar de consciência e de diretrizes para que os empreendimentos, os mais diversos possíveis, possam existir respeitando a natureza – afirmou Suplicy.

No texto de abertura da entrevista, a *Gazeta Mercantil* afirma



Suplicy diz que Marina trouxe um novo patamar de consciência para o governo

que, ao lado do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, a área ambiental foi classificada por Lula como “um dos entraves do crescimento econômico”. Também de acordo com o jornal, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, defendeu o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente na concessão de licenças ambientais para novos investimentos.

Suassuna defende investimentos em educação e infra-estrutura

Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu investimentos prioritários em educação e em infra-estrutura a partir do segundo mandato do presidente Lula. Essas duas áreas representam, segundo ele, “os dois meios seguros e certos para transformar o país”.

Para a área de educação, o senador defendeu medidas como a inclusão de todas as crianças até 14 anos no ensino fundamental e o aumento do número de estudantes no ensino médio.

Quanto à infra-estrutura, ele propõe investimentos maciços em transportes, energia elétrica, saneamento básico e abastecimento de água.

– Se entre 2002 e 2006 o presidente se viu às voltas com a tarefa de deixar a casa arrumada, agora é o momento para tocar outras iniciativas – disse o senador.

Suassuna argumentou que Lula conta com o respaldo da



Suassuna: Lula conta com amplo respaldo para implementar medidas

sociedade e do Congresso para implementar tais medidas, pois a reeleição conquistada nas eleições de outubro – quando o presidente obteve cerca de 60% dos votos válidos – confirmou a aprovação popular ao seu governo.

Além disso, acrescentou o senador, Lula terá o apoio de quase dois terços dos governadores e também de bancadas expressivas na Câmara e no Senado.

Papaléo lê artigo do diretor-geral do Senado sobre trajetória de Tebet

Papaléo Paes (PSDB-AP) leu, em Plenário, a íntegra do artigo “O adeus a um grande brasileiro”, escrito pelo diretor-geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, e publicado ontem no jornal *Correio Braziliense*.

No artigo, Agaciel trata da trajetória pública do senador Ramez Tebet, que era representante de Mato Grosso do Sul pelo PMDB e morreu no último dia 17 de novembro, aos 70 anos, vitimado por um câncer.

O texto apresenta Tebet como um “parlamentar admirável”, “líder autêntico” e “tribuno eloqüente”. E recorda que Tebet foi prefeito de Três Lagoas (MS), deputado e secretário estadual, vice-governador e governador de Mato Grosso do Sul.

Tebet foi ainda ministro de Estado e senador (de 1995 a 2003 e de 2004 a 2006), presidindo o Senado entre setembro de 2001 e fevereiro de 2003.

No artigo lido por Papaléo, Agaciel lembra que durante a presidência de Tebet foi criada a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), que, na última terça-feira, homenageou o senador sul-mato-grossense ao lhe conceder, postumamente, o diploma de Professor *Honoris Causa* pela universidade.

Ao final do artigo, o diretor-geral cita a seguinte frase de Ramez Tebet: “Vi e aprendi que uma disputa não se ganha elevando-se o tom, mais ou menos como o som de um berrante, mas com a força dos argumentos”.



Antonio Carlos cita matéria publicada pelo jornal *O Globo* no domingo

ACM critica aumento de gastos do governo com publicidade

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou os gastos do governo federal com publicidade, citando matéria publicada pelo jornal *O Globo* no domingo, segundo a qual tais despesas somaram R\$ 337,2 milhões entre janeiro e outubro deste ano – durante o período eleitoral.

Segundo o jornal, isso representou aumento de 52% acima da

inflação quando comparado com os gastos do governo federal. Naquele ano, o candidato governista era José Serra (PSDB). Essas informações, destacou *O Globo*, foram apuradas pela consultoria técnica de orçamento da liderança do PFL, a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Ainda citando *O Globo*, Antonio Carlos ressaltou que, em relação a 2005, os gastos do governo com publicidade cresceram 38,1% acima da inflação nos dez primeiros meses do ano. Conforme o jornal, isso teria ocorrido mesmo com as restrições impostas pela lei eleitoral à publicidade institucional e a outras formas de propaganda oficial.

Carta Capital

Antonio Carlos também criticou o jornalista Mino Carta, diretor da revista *Carta Capital*, cuja capa da última edição apresenta a manchete “O colapso carlista na Bahia”. “Ele se vende cinicamente ao governo”, acusou o senador.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) divergiu de ACM.

Mesquita Júnior contesta reportagem que o denuncia

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou reportagem da revista *IstoÉ* desta semana sobre denúncia da ex-chefe de seu escritório em Sena Madureira (AC) Maria das Dores Siqueira da Silva, que o acusou de apresentar notas fiscais frias ao Senado para obter vantagens pessoais. Além de negar a acusação, Mesquita Júnior disse ter sido extorquido e ameaçado pela ex-assessora, conhecida como Dóris, ao exonerá-la do cargo.

Em carta escrita e assinada de próprio punho, Dóris teria pedido R\$ 50 mil ao senador para não falar mais nada sobre o caso, chantagem à qual Mesquita Júnior disse não ter cedido.

O senador considerou o episódio “uma tentativa de linchamento político, moral e pessoal” e insinuou a participação de integrantes do PT e do governo do Acre. Ele lembrou que as denúncias começaram após seu rompimento com o governo Lula.

Mesquita Júnior enquadrou essa denúncia dentro de um suposto “plano macabro” com o objetivo de desmoralizá-lo e destruí-lo. Afirmou que o plano incluiria acusações de assédio sexual, pedofilia e consumo de drogas, com a colocação de co-



Para Mesquita Júnior, denúncia faz parte de um “plano macabro”

caína em seu carro. O plano teria ainda o objetivo de influenciar os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, onde corre processo contra ele por denúncia de apropriação indevida de 40% do salário de seus servidores para cobrir despesas de escritórios políticos no Acre.

Em apertes, José Jorge (PFL-PE), José Agripino (PFL-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) solidarizaram-se com Mesquita Júnior. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a *IstoÉ* deve ouvir e publicar a versão do senador. Sibá Machado (PT-AC) considerou injustas as insinuações contra o PT e o governo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que Mesquita Júnior se porta com dignidade na Casa.

Suplicy comemora início de regularização de quilombo

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou o início da regularização do Quilombo Caçandoca, localizado no município de Ubaituba (SP). O senador informou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado de São Paulo vai receber hoje a posse da área desapropriada em favor do quilombo, onde vivem 53 famílias.

– Trata-se do primeiro território quilombola do país em que o governo federal utiliza o instrumento da desapropriação por interesse

social – anunciou Suplicy.

Suplicy disse que equipe técnica chefiada pelo superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, realizará encontro em Caçandoca para discutir com os quilombolas a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Segundo explicou Suplicy, entre os projetos previstos estão investimentos em crédito rural, assistência técnica e infra-estrutura.

Virgílio aponta “misticismo” nas propostas econômicas de Lula

Líder do PSDB pergunta se presidente estava brincando ao prometer crescimento de 5%, uma vez que se nega a promover as reformas estruturais necessárias

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter afirmado que pretende “destravar a economia” brasileira e, logo em seguida, dizer que não sabe como vai obter o crescimento econômico. O senador perguntou se o presidente Lula estava brincando ao declarar que pretende fazer a economia crescer 5% entre 2007 e 2010, uma vez que, na opinião do parlamentar, tem se negado a fazer as reformas estruturais necessárias.

Arthur Virgílio lembrou que, em evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente declarou que “não serão economistas a dar um jeito numa economia medíocre, e sim, um bando de mágicos”.

– Lula garantiu, porém, que não será mágica o que o seu governo



Arthur Virgílio propõe uma série de medidas para assegurar crescimento

fará para buscar o crescimento. Ora, se não fará mágicas para buscar o crescimento e se não está disposto a promover reformas estruturais, penso que possa haver muito de misticismo nas propostas até aqui apresentadas e que só prevêm mais gastos, sem dizer de onde virão os recursos para bancá-los – protestou o senador.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

O líder do PSDB criticou o Programa Piloto de Investimento Público (PPI) em infra-estrutura, que considera uma “falácia governamental”. Para ele, o governo estaria mascarando a diminuição do superávit primário, ao solicitar ao FMI aumento dos atuais 0,16% para 0,50% para aplicação em PPIs, quando nos últimos dois anos só conseguiu aplicar 0,08% do que estava previsto.

– Se o governo pretende avançar o crescimento, sugiro que adote as seguintes medidas: execute na prática o Orçamento aprovado; dê andamento ao projeto de marco regulatório que está na Câmara; faça investimentos produtivos; execute as reformas estruturais; mantenha a inflação baixa, “despetize” e desapareça a estrutura da máquina pública – observou.

José Jorge diz que Pernambuco cumpre metas para ajuste de contas

José Jorge (PFL-PE) contestou ontem declaração do presidente Lula, feita na cerimônia de posse do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, de que os estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco estão proibidos de ampliar sua capacidade de endividamento. Para o senador, a declaração demonstra má-fé de Lula ou de quem lhe deu essa informação incorreta.

– Talvez o presidente Lula tenha dito isso porque o senador Jarbas Vasconcelos [PMDB-PE] declarou que vai liderar a oposição no Senado, e todos sabemos que o governo não quer ter oposição.

A situação de Pernambuco é plenamente administrável e o estado vem cumprindo todas as metas acordadas com a União para ajustar suas contas – afirmou.

José Jorge citou o balancete do quinto bimestre, publicado no *Diário Oficial* de 30 de novembro, e os dados da Secretaria do Tesouro Nacional para comprovar que as contas do estado de Pernambuco estão equilibradas e na trajetória do ajuste fiscal. O senador disse que o nível de endividamento é muito baixo, pois compromete apenas 11,2% da receita com o pagamento da dívida.

– O estoque da dívida é pequeno, cerca de R\$ 4 bilhões, quando no



José Jorge desmente declaração de Lula sobre endividamento estadual

final de 1998 era de R\$ 7 bilhões, se atualizarmos a valores de hoje. Isso permite que o estado tenha folga para fazer novas operações de crédito. Pernambuco está enquadrado em todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, compromete apenas 52% do que arrecada com o pagamento de pessoal, quando o limite é de 60% – assinalou.

Senador sugere o fortalecimento dos serviços de prevenção e a universalização do atendimento aos portadores do vírus HIV

Papaléo pede medidas para conter avanço da Aids no país

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) alertou ontem, da tribuna, para a velocidade do crescimento da Aids no mundo e especialmente no Brasil. Segundo dados que apresentou, cerca de 86,6 milhões de pessoas estão infectadas com o vírus HIV em todo o mundo, sendo que 4,1 milhões foram infectadas apenas em 2005. No Brasil, ressaltou, o total chega a 620 mil, o que equivale a um terço do total em toda a América Latina.

– Dados do meu estado, o Amapá, divulgados pela imprensa durante as atividades do Dia Nacional de Luta contra a Aids, no dia 1º de dezembro, indicam um alarmante aumento no número de pessoas infectadas pelo HIV. Outro dado preocupante em



Luta contra a Aids deve ser objeto de determinação política, diz Papaléo

todo o país é o aumento de casos entre pessoas da terceira idade – acrescentou.

Papaléo assinalou que, apesar da eficácia do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, o número de brasi-

leiros infectados é enorme. Na sua avaliação, permitir qualquer falha nesse sistema de defesa seria um atentado contra a saúde pública e das pessoas diretamente afetadas.

O senador defendeu o fortalecimento dos serviços ligados à prevenção da doença e o atendimento universalizado.

– A Aids deve ser objeto de determinação política, no mais alto nível, até que seja vencida. Deve ser, ainda, objeto de determinação financeira, pois exigirá vultosos recursos para que se possa avançar eficazmente na direção do acesso universal ao tratamento e à prevenção, suplantando a fragilidade dos setores de saúde e de apoio social em nosso país – concluiu o parlamentar.

Serys quer punir escola que barrar pessoa com deficiência

Aguarda decisão terminativa na Comissão de Educação (CE) projeto de lei de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que suspende o credenciamento, no sistema de ensino, da escola que não aceitar alunos portadores de necessidades especiais. Ela disse que algumas escolas têm procurado barrar o acesso, sob a alegação de ausência de estrutura física e de pessoal qualificado para atendê-los.

Segundo afirmou, essa prática vem tornando-se comum nos últimos anos, sem que as escolas tenham buscado adequar-se ao

texto da lei, que garante às pessoas com deficiência serem aceitas nos estabelecimentos de ensino regular. “Não é possível admitir que tal postura continue a ocorrer”, diz a parlamentar. Desde 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) assegura às pessoas com deficiência acesso à escola básica.

Na opinião de Serys, a suspensão do credenciamento da escola que recusar o aluno especial significará um passo para fazer os estabelecimentos de ensino cumprirem a lei. Ela entende que, com essa medida (PLS 300/06), serão



Projeto de Serys determina suspensão do credenciamento da instituição de ensino

preteridos os estabelecimentos retrógrados, “que pouco ou nada têm a fornecer em termos de integração, de inclusão, pois não acompanham a necessária evolução pedagógica que transforma as escolas em locais privilegiados de aprimoramento da cidadania”.

Tuma propõe data em homenagem à guarda municipal

O Dia da Guarda Municipal poderá ser comemorado em 10 de outubro, conforme projeto de lei apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). A proposição tem a finalidade de padronizar em todo o país a data para homenagear a categoria, uma vez que várias cidades estabelecem dias diferentes para esse fim. O projeto encontra-



Tuma lembra que corporações ajudam a polícia no combate à marginalidade

se na Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

Ao justificar a proposta (PLS 299/06), o autor salienta que,

em razão da crise na segurança pública, essas corporações passaram a agir em conjunto com as polícias estaduais e federal no controle da marginalidade. De acordo com a Constituição, explicou Tuma, as guardas municipais são destinadas à proteção dos bens, serviços e instalações do município.

Na opinião do senador, a instituição de um dia comemorativo para a guarda municipal está entre as medidas legislativas necessárias para o efetivo reconhecimento do valor desses profissionais.

Paim defende regulamentação de adicional para atividades penosas

Projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) – que será examinado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) – acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de regulamentar o adicional de remuneração das atividades penosas, previsto na Constituição federal.

Conforme o projeto (PLS 301/06), serão definidas como atividades ou operações penosas as que submetam os trabalhadores à fadiga física ou psicológica, na forma de regulamentação do Ministério do Trabalho ou de acordos entre trabalhadores e empregadores. O exercício de trabalho em condições penosas assegurará recebimento de adicional de 40%, 20% ou 10% da remuneração do empregado, dependendo de sua natureza

Um médico do trabalho ou engenheiro do trabalho fará a caracterização e a classificação da atividade penosa por meio de perícia, observando critérios como o número de horas a que o empregado é submetido em atividade dessa natureza, a repetição de tarefa ou atribuição profissional considerada fatigante,



Conforme proposta de Paulo Paim, acréscimo pode variar de 10% a 40%

as condições de salubridade do ambiente e o risco à saúde.

Também deverão ser avaliados, segundo o projeto, os equipamentos de proteção individual adotados e os processos e meios utilizados como atenuantes da fadiga física e mental, a existência ou não de períodos de descanso e de divisão de atividade que possibilite a rotatividade interna da mão-de-obra e o local de trabalho.

Paulo Paim acredita que a falta de legislação específica para definir o trabalho penoso vem limitando a eficácia da norma constitucional. A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Arns sugere debate sobre resolução que permite reduzir valor de seguro

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar hoje, em reunião marcada para as 11h30, requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para a realização de audiência pública sobre as recentes resoluções aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) que autorizam as seguradoras a revisar, unilateralmente, os contratos de seguro de vida. As resoluções, informa o senador, atingem os contratos mais antigos, reduzem o prêmio das apólices e aumentam o valor das mensalidades.

Para Flávio Arns, a aprovação das resoluções pela Susep – autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda responsável pelo controle e pela fiscalização do mercado de seguros – “é lesiva” ao interesse do consumidor, principalmente com relação aos segurados mais idosos. No entender de Arns, a decisão contraria o que preconiza o próprio Código de Defesa do Consumidor.

Caso o requerimento seja aprovado, serão convidados para a audiência representantes da Su-



Segundo Flávio Arns, seguradoras estão autorizadas a elevar as mensalidades

sep, do Procon e do Ministério Público Federal.

A CMA examinará ainda substitutivo de César Borges (PFL-BA) a projeto de Ney Suassuna (PMDB-PB) que autoriza o Executivo a criar o Plano Decenal de Recursos Hídricos do Nordeste. A proposta (PLS 191/01) tem a finalidade de assegurar o aumento da oferta de água.

Em decisão terminativa, será votado projeto (PLS 158/02) de Alvaro Dias (PSDB-PR) permitindo que, nas propriedades rurais, a área de preservação permanente (APP) seja incluída no cálculo da reserva legal.